



Economia

A batalha de 1 bilhão de reais

SISTEMA "S" Os bastidores da intervenção no Sesc e no Senac do Rio de Janeiro, uma história de cobiça e manipulações

POR SERGIO LIRIO

Na terça-feira 6, o Superior Tribunal de Justiça vai mais uma vez se debruçar sobre uma disputa bilionária que se arrasta há quase uma década, envolve a administração de fundos parafiscais, resvala nas investigações da Operação Lava Jato e registra lances de traição, baixarias, manipulações e falsas denúncias.

Uma das turmas do STJ decidirá se mantém ou não afastado o presidente da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro, Orlando Diniz, do comando fluminense do Sesc e Senac. Uma decisão liminar do ministro Napoleão Maia, referendada pela presidente da Corte, Laurita Vaz, durante o recesso do Judiciário, removeu provisoriamente Diniz da presidência das entidades até o julgamento do recurso no dia 6.

Uma visão superficial dos fatos tende a transformar Diniz no vilão dessa história. A Federação do Comércio do Rio de Janeiro acabou citada durante a Operação Calicute, braço carioca da Lava Jato que investigou o esquema de corrupção liderado pelo ex-governador Sérgio Cabral e sua mulher, Adriana Ancelmo.

Sob a gestão de Diniz, o Sesc e o Senac contrataram os serviços de advocacia de Ancelmo, patrocinaram programas do

governo estadual, entre eles o "Segurança Presente", e pagaram os salários do chef de cozinha à disposição do Palácio da Guanabara. Por conta dessas relações, a Fecomércio-RJ e o próprio dirigente frequentaram o noticiário a respeito das investigações, fato que pesaria no afastamento provisório de Diniz ordenado pelo STJ. Há quem, na mídia, se refira ao empresário como o "amigão de Cabral".

Não se trata do primeiro percalço de Diniz. Em 2014, acusado de má gestão, o presidente da Fecomércio-RJ foi proibido pela Justiça de continuar à frente do Sesc e do Senac. Só seria reconduzido ao comando dos serviços no fim de 2015, depois de uma intensa discussão judicial. Por que tantos problemas?

Diniz atribui as intervenções à perseguição de um desafeto poderoso, Antônio Oliveira Santos, presidente da

Confederação Nacional do Comércio. "Antonio Oliveira Santos fabrica, assina e espalha denúncias contra seus adversários políticos, valendo-se da estrutura e da credibilidade da CNC para cometer ilícitos", afirma (*a íntegra da entrevista está em www.cartacapital.com.br*). As desavenças, argumenta, afloraram no momento em que se tornou um crítico contumaz do estilo "arcaico" de administração da CNC e se opôs às sucessivas reconduções do adversário à presidência da entidade.

Por meio da assessoria de imprensa, o presidente da CNC nega qualquer interesse pessoal na intervenção. "A tentativa de se transformar em um alvo político é uma estratégia do presidente da Fecomércio-RJ de desviar o foco de irregularidades cometidas por ele" (*as respostas na íntegra também podem ser lidas em www.cartacapital.com.br*).

Santos é um fenômeno de longevidade na direção de uma entidade mesmo para os padrões peculiares do Brasil, que tem no falecido João Havelange (ex-CBF e ex-Fifa) um modelo supremo. Nonagenário, o presidente da CNC completou 38 anos à frente da confederação. Ele assumiu o cargo em 1980, com o apoio de um padrinho influente, o general Golbery do Couto e Silva. Desde então, perpetua-se no poder (Santos promete não concorrer à reeleição, em setembro próximo).

Sua força política está diretamente relacionada ao orçamento sob controle da CNC, perto de 6 bilhões de reais. A confederação, a exemplo das unidades



Bittencourt assumiu o comando das entidades. O STJ afastou Diniz, que se diz perseguido pelo renitente Santos, presidente da CNC desde os anos 1980



O patrocínio
ao vôlei
fluminense
sob risco

estaduais, é responsável por administrar o dinheiro dos impostos repassados ao Senac e ao Sesc, integrantes do Sistema “S”. Criado nos anos 40 do século passado, esse modelo de financiamento é frequentemente criticado pela falta de transparéncia na administração dos recursos e por inflar a carga tributária, embora em muitas regiões do País as filiais do Sesc e do Senac tenham se convertido nas principais, se não únicas, provedoras de cultura, lazer e formação profissional à população.

Em apenas quatro unidades da federação, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, a arrecadação estadual das entidades é superavitária. As demais dependem dos repasses da CNC para manter uma programação mínima de atividades, o que garante prestígio aos dirigentes em âmbito local e assegura a Santos uma base nacional fiel e acrítica.

No Rio de Janeiro, o orçamento do Sesc e do Senac beira 1 bilhão de reais, uma independência financeira que sustentava a posição crítica do presidente da Fecomércio em relação à CNC. Em 2014, a

federação fluminense opôs-se a mais uma reeleição de Santos. “Foi uma forma de protesto contra uma gestão arbitrária e ultrapassada”, declara Diniz.

Coincidência ou não, naquele ano o dirigente patronal seria afastado pela primeira vez por supostas irregularidades. Apesar de uma intervenção que durou mais de um ano, os indícios contra Diniz foram considerados frágeis pela Justiça e ele acabou reconduzido ao cargo.

O uso político da Operação Calicute reavivou a disputa. Os bastidores da nova intervenção, autorizada pelo STJ no fim de 2017, são intrigantes. Embora tenha afirmado não se mover por interesses pessoais, o próprio Santos aparece entre os denunciantes de Diniz na

A disputa entre dirigentes patronais desenrola-se há quase uma década

investigação da Lava Jato, como revela documento anexado à ação do Ministério Público Federal. Ou seja, o presidente da CNC aparentemente se aproveitou do escândalo para atingir o desafeto.

Não bastasse, o administrador temporário nomeado para “sanear” o Sesce e o Senac fluminenses é tão controverso quanto os demais personagens em cena. Integrante do conselho da Umanizzare, administradora de presídios estaduais, e presidente licenciado da Federação do Comércio do Ceará, Luiz Gastão Bittencourt desempenhou a mesma função em 2014, quando Diniz foi afastado pela primeira vez. Uma auditoria posterior apontou irregularidades cometidas pelos intervenientes no valor de 150 milhões de reais.

Em decorrência dos contratos da Umanizzare, responsável pelos presídios de Manaus onde ocorreram rebeliões violentas no ano passado, Bittencourt entrou na mira do Ministério Público em quatro estados. Além disso, a prestação de contas da Fecomércio do Ceará foi rejeitada pelo TCU.

Em um mês, a administração temporária virou um biombo da disputa política. Bittencourt tem tomado decisões que interferem em políticas de investimento de longo prazo das entidades, apesar de sua permanência no cargo não estar garantida. Por meio da assessoria, o administrador afirmou que os “programas e ações em curso estão em avaliação, dentro do planejamento e do objetivo de fazer as entidades voltarem às suas missões fins”.

Enquanto isso, a batalha judicial em Brasília não se restringe ao mundo empresarial. Ministros do STJ relataram a interlocutores terem estranhado as pressões de integrantes da Advocacia-Geral da União a favor do afastamento definitivo de Diniz. Disputas bilionárias costumam ter o condão de movimentar interesses poderosos. •